

INFORMAÇÃO SEMANAL

	PÁG:
✓ FLASH INFORMATIVO	1
✓ NOTÍCIAS DE MERCADOS	2
✓ BOLSA DO PORCO	7
✓ BOLSA DO BOVINO	8
✓ PREÇOS MÉDIOS NA PRODUÇÃO DE PRODUTOS PECUÁRIOS	9
✓ PREÇO DOS CEREAIS NO MERCADO INTERNO	10
✓ COTAÇÕES INTERNACIONAIS DE MATÉRIAS-PRIMAS	11
✓ APED- FLASH REPORT RETAIL – MARÇO 2026	13
✓ LEGISLAÇÃO NACIONAL E COMUNITÁRIA	16
✓ RECORTES DE IMPRENSA	18
✓ SAVE THE DATE – WEBINAR IACA/DGAV	23

Av. João da Silva, nº 12 D – 1900-271 LISBOA

www.iaca.pt

✉ iaca@iaca.pt

☎ 213 511 770 (Chamada para a rede fixa nacional)

No quadro do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), que reconhece e valoriza o direito à privacidade e proteção dos dados pessoais, a IACA conserva os dados pessoais (nome, morada e endereço eletrónico) exclusivamente para envio da **Informação Semanal**, que nunca serão transmitidos e utilizados para outros fins diferentes daqueles que consentiu.

Lembramos que, a qualquer momento, poderá exercer o direito de retirar o consentimento anteriormente concedido, ou pedir a correção, modificação, restrição, anonimização ou eliminação dos seus dados. Estes direitos podem ser exercidos enviando-nos um e-mail para privacidade@iaca.pt

INFORMAÇÃO SEMANTAL

FLASH INFORMATIVO

- **DESFLORESTAÇÃO** – Pacote de simplificação da Comissão Europeia não responde às preocupações da Indústria da Alimentação Animal
- **BAGAÇO DE SOJA** – Ponto de situação das notificações do RASFF relativamente ao BH4, evento GM não autorizado na União Europeia
- **NOVAS TÉCNICAS GENÓMICAS** – Últimos desenvolvimentos sobre a discussão da proposta de Regulamento ao nível do Parlamento Europeu; discussão pode ser reaberta o que vai atrasar a publicação no Jornal Oficial
- **BOLSA DO PORCO (07/05/2026)**: Manutenção em 1,882 €/kg carcaça
- **BOLSA DO BOVINO (07/05/2026)**: Descida de 0,04 € nos novilhos e novilhas; manutenção nas restantes categorias
- **PREÇOS MÉDIOS DE PRODUTOS PECUÁRIOS (semana de 04/05/2026 a 10/05/2026)**:
 - AVES**: Tendência de estabilidade no frango vivo e peru; descida nos ovos
 - BOVINOS**: Manutenção é nota dominante, com descidas em Évora, Castelo Branco e Alentejo Litoral
 - SUÍNOS**: Estabilidade nos porcos e leitões
 - OVINOS**: Tendência de manutenção em todos os mercados de referência
- **PREÇOS DOS CEREAIS NO MERCADO INTERNO**
- **COTAÇÕES INTERNACIONAIS DAS PRINCIPAIS MATÉRIAS-PRIMAS**
- **INFORMAÇÃO APED**
- **LEGISLAÇÃO**: Aprovação de diversos aditivos para a alimentação animal
- **RECORTES DE IMPRENSA**: Destaques para a geopolítica e impactos do bloqueio no Estreito de Ormuz; portugueses são dos mais europeístas dos Estados-membros e privilegiam a União como fator de estabilidade, de acordo com o Eurobarómetro
- **LICENCIAMENTO DA ATIVIDADE DE FABRICO DE ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS**”, **DIA 14 DE MAIO (WEBINAR IACA/DGAV)**

DESFLORESTAÇÃO - Comissão Europeia publicou pacote de simplificação para o EUDR

Em 4 de maio, como de resto demos conta na comunicação para os Associados da IACA, a Comissão Europeia publicou o seu pacote de simplificação para o Regulamento da UE sobre Desflorestação (EUDR).

Podem ver o comunicado de imprensa [aqui](#).

O pacote cumpre o compromisso assumido com o Parlamento Europeu e o Conselho sob a cláusula de revisão de simplificação como parte do acordo político alcançado no final de 2025 e inclui os seguintes elementos:

- [Perguntas frequentes](#) e documentos de [orientação](#) atualizados;
- Um [rascunho de Ato Delegado](#), agora aberto para um período de consulta pública de quatro semanas (até 1 de junho), acompanhado de [um Documento de Trabalho](#) com a metodologia que sustenta as alterações propostas;
- [Um Relatório](#) ao Parlamento Europeu e ao Conselho;
- Um projeto de Lei que rege o Sistema de Informação, a ser enviado aos representantes dos Estados-membros no Comité EUDR.

A FEFAC publicou [uma resposta inicial no LinkedIn](#), afirmando que as principais preocupações do setor sobre a interrupção da cadeia de abastecimento da soja e os altos custos dos prémios previstos permanecem.

A FEFAC coordenará com a COCERAL e a FEDIOL futuras ações de acompanhamento.

Como parte do projeto do Ato Delegado, a FEFAC expressou a sua decepção pelo facto do bagaço de palmiste (HS 230660) não estar proposto para exclusão.

O Documento de Trabalho da Equipa (SWD) que acompanha fornece uma resposta direta à decisão. Este documento inclui uma nova metodologia que a Comissão Europeia aplicou para a inclusão ou exclusão de produtos do Anexo I, baseada numa avaliação quantitativa e qualitativa, onde fatores como "continuidade da cadeia de abastecimento", custos ambientais versus de conformidade, risco de realocação por desmatamento e carga administrativa são levados em consideração.

A argumentação para manter o palmiste apresenta falhas (por exemplo, afirmando que "O bagaço e outros resíduos sólidos de castanhas ou caroços de palma são derivados do óleo de palma resultantes da refinação física do óleo", enquanto são resíduos da extração do óleo), e há um benefício ambiental presumido de €154,5 milhões contra custos de conformidade de €187.000.

Mais preocupante ainda é que no SWD, pode-se ler que a Comissão aplicou a metodologia para a inclusão sugerida de preparações de ração animal HS 2309 (ver seção 3.3.2).

Embora vejam motivos para adicionar o HS 2309 ao Anexo I, concluem que "os impactos gerais no setor agrícola ainda não foram suficientemente avaliados" e, portanto, **sugerem manter o código fora do Anexo I.**

A análise mostra algumas falhas fundamentais, ou seja, considerando que há uma "percentagem significativa de bagaço de palmiste em preparações de ração animal", enquanto também usam o valor de importação de preparações de ração animal provenientes da China como referência, que, na realidade, está relacionado com os aditivos para a alimentação animal.

A FEDIOL partilhou, entretanto, a seguinte avaliação inicial do FAQ e do Documento de Orientação, em termos de impactos positivos e negativos, enquanto ficam sem resposta uma lista de perguntas.

Opiniões iniciais do FEDIOL sobre o FAQ atualizado:

Esclarecimentos positivos

- **Um DDS anual pode abranger mercadorias que ainda não foram colhidas**, desde que o operador se abasteça de lotes estáveis ou estabelecimentos com condições inalteradas em termos de legalidade e ausência de desmatamento ou degradação florestal.
- **A data mais tardia para enviar um DDS ou um SD para *commodities* produzidas dentro da UE/produtos colocados no mercado interno da UE é quando o processo de entrega já começou** (no caso de entrega física).
- **Um reimportador não é obrigado a apresentar um DDS se puder provar que o produto foi anteriormente exportado da UE.** Exemplos de evidências de apoio podem ser declarações aduaneiras, contratos, documentos de pedido de produto, documentos de envio que acompanham CMRs, conhecimentos de embarque, notas de entrega, nota aérea, faturas, etc. Na alfândega, o reimportador fornece o(s) número(s) de referência recebido(s) do(s) seu(s) fornecedor(es) na declaração aduaneira. Se nenhum número de referência for fornecido, o reimportador pode utilizar um número de referência convencional, que será comunicado pela Comissão para uso na declaração aduaneira submetida para reimportação.

Esclarecimentos ambíguos/parciais

- **A flexibilidade na delimitação de polígonos de parcela é admitida, mas apenas se a propriedade imobiliária única for "homogênea":** um terreno pode abranger toda a propriedade imobiliária (se for suficientemente homogênea) ou apenas uma parte do terreno dentro desse imóvel único. Por exemplo, uma exploração que constitua um imóvel, mas apenas metade da qual é cultivada para fins de colocação no mercado de produtos relevantes para o EUDR, poderia ser declarada no total ou por referência à área cultivada específica. Ainda não está claro o que significa "suficientemente homogêneo".
- **Quem é responsável se um produto não cumprir o Artigo 3 do EUDR?** Os operadores mantêm a responsabilidade pela conformidade do produto relevante que colocam no mercado ou exportação da UE. Operadores e comerciantes *downstream* possuem informações e, no caso de não PMEs e preocupações comprovadas, deveres de verificação conforme os Art. 5(5) e (6) EUDR. Não há esclarecimento explícito de que operadores *downstream* só podem ser penalizados por não cumprirem as suas próprias obrigações administrativas.

Visões iniciais da FEDIOL sobre o Documento de Orientação atualizado:

- Uma **clarificação** notável e positiva diz respeito à **recolha de informações** sob o artigo 9 (que cobre a legalidade), já que a **Comissão adota uma abordagem mais proporcional e baseada no risco, em 'informações iniciais', que podem incluir informações publicamente disponíveis.** Com base nesse primeiro exame, o operador pode priorizar evidências mais aprofundadas quando o risco é maior e não é obrigado a realizar uma colheita de dados aprofundada onde o risco parece negligenciável. Em tais casos de risco aparentemente insignificante, a orientação afirma explicitamente que o operador "*não deve ser obrigado a recolher sistematicamente documentação legal abrangente para cada parcela individual de terra...*"
- Não há muitas mudanças na orientação, mas algumas das mais significativas abordam a necessidade de vincular a avaliação de risco aos produtos relevantes destinados a serem

colocados no mercado, esclarecer os novos papéis introduzidos na revisão do ano passado e introduzir explicações adicionais sobre o papel dos esquemas de certificação.

- A orientação atualizada também confirma que *"a Comissão pretende estabelecer até dezembro de 2026 um repositório de legislação relevante permitindo que os países produtores forneçam uma lista de legislação relevante."*

No Relatório que a Comissão elaborou, também fazem referência ao estabelecimento de um repositório sobre esquemas de certificação aplicáveis a mercadorias relevantes para o EUDR.

Juntamente com o repositório da legislação relevante, isso deve beneficiar os operadores econômicos e as autoridades competentes, pois facilitarão o acesso às informações relevantes necessárias para o processo de *due diligence* e ajudarão a comprovar a conformidade com o Artigo 9(1)(h).

A existência de uma única fonte centralizada de informação também fomentará a transparência e evitará duplicação de esforços entre os Estados-membros, reduzindo assim os custos administrativos associados.

Através dessas duas ferramentas, será facilitada a partilha de melhores práticas e será garantida a consistência na aplicação do Regulamento entre os Estados-membros. Os dois repositórios serão alojados em sites dedicados.

A Comissão fornecerá modelos que descrevem as informações específicas necessárias para cada um, de forma a garantir a sua relevância e consistência do EUDR com o texto jurídico.

As informações serão fornecidas por países terceiros e proprietários de sistemas de certificação.

Os países terceiros e as partes interessadas relevantes serão convidados a partilhar informações relevantes para garantir que os repositórios estão completos.

No quadro da FEFAC, iremos analisar com maior profundidade os documentos divulgados e manteremos atualizados os nossos Associados.

Um tema que não deixará de ser tido em conta na próxima semana, durante o Congresso da FEFAC, em Bucareste.

BAGAÇO DE SOJA – Ponto de situação das notificações do RASFF relativas ao evento HB4 não autorizado na União Europeia

No outono de 2025, as autoridades holandesas recolheram amostras em 5 remessas de bagaço de soja importadas da Argentina e do Brasil como parte do programa de monitorização de rotina de deteção de OGM não autorizados pela UE e detetaram a presença, em níveis mínimos, do evento geneticamente modificado "HB4" ([26 MEMO 16 rev1](#)).

Posteriormente, foram colhidas mais 2 amostras em fevereiro de 2026, igualmente com resultados positivo, o que gerou 7 notificações ao RASFF desde fevereiro de 2026.

Parte dessas remessas foi colocada nos mercados da Bélgica, Chéquia, Alemanha, França, Itália, Áustria e Luxemburgo. Foram tomadas medidas pelas autoridades nacionais de controle para retirar do mercado as remessas em causa (por exemplo, nos Países Baixos e na Bélgica), incluindo rações em que parte dessas remessas foi incorporada (por exemplo, França).

A soja GM HB4 melhora a resistência da soja à seca, foi desenvolvida na Argentina e já foi avaliada com sucesso a nível mundial, incluindo Argentina, Brasil, EUA e Paraguai.

Ainda não é cultivada comercialmente em nenhum lugar, mas existem autorizações para testes de campo na Argentina e no Brasil, numa área limitada (cerca de 5.000 ha na Argentina e Brasil).

Ao nível da UE, foi apresentado um pedido de autorização para a soja HB4 em 2021 e posteriormente retirado em 2024 e substituído por um pedido de baixa presença (ou seja, autorização até 0,9%) em março de 2025.

No entanto, como alguns elementos estão ausentes na solicitação, especialmente em relação ao método de análise específico de eventos GM, a aplicação ainda não foi considerada válida pela EFSA, o que significa que **a soja GM HB4 não é elegível para a "Solução Técnica" de ração, ou seja, uma tolerância de 0,1% (Regulamento (CE) 619/2011).**

Neste momento, não se espera que a solicitação seja concluída antes de setembro de 2026, o que significa que não haverá elegibilidade para a Solução Técnica antes de dezembro de 2026, na melhor das hipóteses.

A FEFAC, em colaboração com a COCERAL e a FEDIOL, tem dialogado com as autoridades competentes argentinas e a Comissão Europeia sobre medidas de acompanhamento para garantir que as importações de soja da Argentina e do Brasil não sejam interrompidas e que todas as entregas de bagaço de soja da Argentina e do Brasil respeitem a legislação da UE para a colocação de alimentos compostos com matérias-primas GM no mercado europeu.

Um elemento importante da discussão diz respeito ao facto de que as autoridades holandesas utilizam um método de análise não específico, enquanto as autoridades argentinas utilizam o método de PCR específico HB4.

Os **objetivos atuais** das nossas 3 organizações são:

- Sensibilizar para que as autoridades argentinas e holandesas utilizem o mesmo método de análise;
- Acelerar a conclusão do pedido à EFSA para tornar o HB4 elegível à solução técnica o mais cedo possível;
- Pressionar por medidas nos países de origem para manter a soja HB4 afastada do fluxo de soja/farinha de soja destinados à exportação para a UE.

A FEFAC estabeleceu um Grupo de Trabalho (que inclui a IACA) para auxiliar o Secretariado a executar este plano de ação, em estreita cooperação com a COCERAL e a FEDIOL, e desenvolver ferramentas de comunicação.

A IACA também está em contacto com a DGAV sobre este dossier, pela importância do bagaço de soja e relevância das origens (Argentina e Brasil).

NOVAS TÉCNICAS GENÓMICAS – Ponto de situação sobre as negociações do Regulamento

Após a adoção pelo Conselho do texto de compromisso alcançado nos Trólogos, o texto regressou ao Parlamento Europeu para aprovação formal na segunda leitura, com o Comité ENVI a ser responsável pela preparação da votação plenária.

Segundo o procedimento, espera-se a recomendação da adoção do texto comum e, quando relevante, que sejam apresentadas emendas na segunda leitura que permaneçam dentro dos limites da posição parlamentar da primeira leitura.

A votação plenária está provisoriamente marcada para meados de maio de 2026, mas o calendário depende do reagendamento da votação do Comité ENVI.

Entretanto, a votação ENVI prevista para 5 de maio de 2026 foi adiada.

Segundo o serviço de imprensa do Parlamento, 37 emendas foram apresentadas até ao prazo de 4 de maio, e não houve tempo suficiente para tradução antes da votação agendada, o que levou à decisão de adiar a votação do Comité para uma data posterior, que ainda não está fixada.

O eurodeputado socialista Christophe Clergeau, relator-sombra do S&D sobre as NTG, havia indicado antecipadamente a sua intenção de apresentar emendas ao texto do trílogo.

O seu grupo afirmou que o Regulamento, conforme acordado no Trílogo, não reflete o pedido inicial do Parlamento pela proibição total de patentes para plantas, material vegetal e informações genéticas com as NTG, que o Parlamento considerou necessária para evitar incerteza jurídica, custos mais altos e novas dependências para agricultores e melhoradores.

Numa declaração recente, Clergeau e colegas da S&D argumentaram que o compromisso atual não garante ferramentas suficientes de deteção e rastreabilidade para produtos resultantes das NTG e que as disposições existentes sobre patentes não impedem altos níveis de concentração de direitos sobre sementes produzidas através destas técnicas.

Anunciaram que irão trabalhar com outros grupos políticos para introduzir novos requisitos sobre deteção e fortalecer os limites à patenteabilidade na preparação para a votação plenária.

As novas emendas na segunda leitura são focadas em disposições de patentes e deteção, e precisarão de ser avaliadas quanto à compatibilidade com o mandato na primeira leitura do Parlamento, antes de poderem ser submetidas a votação no Comité ENVI.

Se o Comité ENVI e, posteriormente, o Plenário, apoiarem alterações que modificam partes do Regulamento já acordadas com o Conselho, esses elementos terão de regressar o Trílogo para novas negociações.

Tudo isto, a concretizar-se, adiaria a adoção final do Regulamento e atrasaria o início da fase de implementação de dois anos prevista após a publicação no Jornal Oficial.

Perante toda esta incerteza, a FEFAC, juntou-se a um grupo de outras organizações do setor agroalimentar, incluindo Euroseeds, COPA/COGECA, FoodDrinkEurope, COCERAL, FEDIOL e outras, que divulgaram uma **carta aberta a apoiar a adoção do compromisso do Trílogo, sem mais alterações.**

No texto, os subscritores afirmam que é necessária uma legislação europeia para plantas obtidas pelas NTG para o progresso no melhoramento, resiliência dos sistemas agrícolas e alimentares e alinhamento com a legislação e prática dos parceiros comerciais, e consideram que o compromisso é uma solução aceitável e viável em termos de transparência, rotulagem de sementes e condições de acesso sob regras de propriedade intelectual.

Fontes: Comissão Europeia, FEFAC/IACA

BOLSA DO PORCO

INFORMAÇÃO SEMANAL

Sessão de 07 de maio de 2026

1,882 € (Manutenção)

PREÇO INDICATIVO NÃO VINCULATIVO FIXADO NESTA SESSÃO

(Euros /KG/Carçaça, Classe E, 57% de músculo, entrada Matadouro)

ÚLTIMAS COTAÇÕES REGISTRADAS NA U.E

PAÍS	DATA	EUROS	Nas Condições para:
Espanha	07 de maio	1,270	Lérida: Euros peso/vivo
França	06 de maio	1,433	Plérin: em Euros, carçaça, TMP.
Países Baixos	04 de maio	1,410	Utrechtse: em Euros, com 56% de carne
Dinamarca	07 de maio	1,290	Em Coroas DK, convertido em Euros, carçaça, 57% de carne
Alemanha	06 de maio	1,600	Em Euros, carçaça com 56% de carne

Ver também em: www.bolsadoporco.com

A próxima sessão:
Quinta-feira dia 14 de maio de 2026, pelas 19 horas

A Mesa de Cotações

BOLSA DO BOVINO

INFORMAÇÃO DE MERCADO

SESSÃO Nº 18 de 07 de maio de 2026

TENDÊNCIA: Descida de 0,04 € nos Novilhos e Novilhas e manutenção nas restantes categorias.

O resultado desta sessão da bolsa foi de descida igual à da última sessão, de 0,04 € nos Novilhos e Novilhas. As Vacas e Vitela, voltaram a manter.

Cotações registadas esta semana, em Euros/Kg/Carçaça R

Categoria	Cotação
Novilhos	7,61
Novilhas	7,63
Vitela	8,75
Vacas	5,40

Observações: as cotações acordadas na mesa referem-se aos animais vendidos, pagos em função do peso carçaça.

A próxima sessão realizar-se-á na quinta-feira, dia 14 de maio de 2026, pelas 18:00h.

A Mesa de Cotações

PREÇOS MÉDIOS NA PRODUÇÃO DE PRODUTOS PECUÁRIOS

BOVINOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Variação
Alentejo Litoral (Produção)			
Novilho 12 a 24 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	6,40	6,35	-0,78%
Entre Douro e Minho (Produção)			
Novilho 12 a 24 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	6,20	6,20	0,00%
Vaca Abate Turina EUR/Kg. P. Carcaça	6,00	6,00	0,00%
Vitelo 3 a 6 meses - Turina EUR/Unidade	550,00	550,00	0,00%
Castelo Branco (Produção)			
Novilho 12 a 24 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	7,55	7,45	-1,32%
Novilho 12 a 24 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	6,60	6,55	-0,76%
Coimbra (Produção)			
Novilho 12 a 24 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	7,65	7,65	0,00%
Novilho 12 a 24 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	6,00	6,00	0,00%
Vitelo 3 a 6 meses - Turina EUR/Unidade	650,00	650,00	0,00%
Elvas (Produção)			
Novilho 12 a 24 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	6,35	6,35	0,00%
Guarda (Produção)			
Novilho 12 a 24 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	7,60	7,60	0,00%
Novilho 12 a 24 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	6,75	6,75	0,00%
Ribatejo (Produção)			
Novilho 12 a 24 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	7,00	7,00	0,00%
Novilho 12 a 24 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	6,00	6,00	0,00%
Vaca Abate Cruz. Charolês EUR/Kg. P. Carcaça	5,30	5,30	0,00%
Vaca Abate Turina EUR/Kg. P. Carcaça	4,00	4,00	0,00%
Vitelo 3 a 6 meses - Turina EUR/Unidade	500,00	500,00	0,00%
Évora (Produção)			
Novilho 12 a 24 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	6,50	6,45	-0,77%
Vaca Abate Cruz. Charolês EUR/KG. P. Carcaça	4,70	4,65	-1,06%

OVINOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Variação
Alentejo Litoral (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	5,00	5,00	0,00%
Alentejo Norte (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	5,00	5,00	0,00%
Beja (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	5,00	5,00	0,00%
Castelo Branco (Produção)			
Borrego <12 Kg. Raça não Especificada EUR/Kg. P. Vivo	5,00	5,00	0,00%
Coimbra (Produção)			
Borrego <12 Kg. Raça não Especificada EUR/Kg. P. Vivo	5,00	5,00	0,00%
Cova da Beira (Produção)			
Borrego <12 Kg. Raça não Especificada EUR/Kg. P. Vivo	6,88	6,88	0,00%
Elvas (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	5,00	5,00	0,00%
Estremoz (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	5,00	5,00	0,00%
Évora (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	5,00	5,00	0,00%
Ribatejo (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	4,00	4,00	0,00%

AVES / OVOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Variação
Dão - Lafões (Produção)			
Frango Vivo -1,8 Kg. EUR/Kg. P. Vivo	sc	sc	-
Ovo a peso 60-68 g EUR/KG	2,35	2,30	-2,13%
Dão - Lafões (Grossista)			
Frango 65% - 1,1 a 1,3 Kg. EUR/Kg. P. Carcaça	sc	sc	-
Ovo Classificado L (ovotermo) EUR/Dúzia	2,50	2,45	-2,00%
Ovo Classificado M (ovotermo) EUR/Dúzia	2,35	2,25	-4,26%
Litoral Centro (Grossista)			
Frango 65% - 1,1 a 1,3 Kg. EUR/Kg. P. Carcaça	sc	sc	-
Ovo Classificado L (ovotermo) EUR/Dúzia	2,30	2,30	0,00%
Ovo Classificado M (ovotermo) EUR/Dúzia	2,20	2,20	0,00%
Médio Tejo			
Ribatejo e Oeste			
Frango Vivo -1,8 Kg. EUR/Kg. P. Vivo	1,20	1,20	0,00%
Ovo a peso 60-68 g EUR/KG	2,40	2,40	0,00%
Ovo Classificado L (ovotermo) EUR/Dúzia (Grossista)	2,30	2,30	0,00%
Ovo Classificado M (ovotermo) EUR/Dúzia (Grossista)	2,20	2,20	0,00%
Perú 80% 5,7 a 9,8 Kg. EUR/KG - P. Carcaça (Grossista)	3,70	3,70	0,00%

SUÍNOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

PORCO Classe E (57%)

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Variação
Alentejo	1,71	1,71	0,00%
Beira Interior	1,74	1,74	0,00%
Beira Litoral	1,70	1,70	0,00%
Entre Douro e Minho	1,81	1,81	0,00%
Ribatejo e Oeste	1,75	1,75	0,00%
COTAÇÃO MÉDIA NACIONAL (*)	1,77	1,77	0,00%

* Cotação com base no volume de abate de cada área de mercado

LEITÕES - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Variação
Leitões até 12 Kg			
Alentejo	4,67	4,67	0,00%
Algarve	4,67	4,67	0,00%
Beira Litoral	4,58	4,58	0,00%
Ribatejo e Oeste	4,58	4,58	0,00%
Leitões de 19 a 25 Kg.			
Alentejo	sc	sc	-

Unidade: EUR / TONELADA

CEREAIS - PREÇOS DO MERCADO INTERNO

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Variação
LISBOA			
Trigo Mole Forrageiro	232,50	231,00	-0,65%
Cevada Forrageira (Hexástica)	232,00	230,50	-0,65%
Milho Forrageiro	233,00	230,00	-1,29%

Semana Anterior: De 27/04 a 03/05/2026
 Semana Corrente: De 04 a 10/05/2026
 Fonte: SIMA/GPP

COTAÇÕES INTERNACIONAIS DE MATÉRIAS-PRIMAS

OIL WORLD No. 18, Vol. 69

Price Survey

April 30, 2026

OILSEEDS, CRUDE OILS, FATS, MEALS & GRAINS : Lowest Representative Asking Prices for Nearest Forward Shipment, in Bulk (excl. import duty, if any, US-\$/Tonne)

	Apr 29 2026	Change	Apr 23 2026	Apr 16 2026	Apr 2026	Mar 2026	Apr 2026	Jan Apr 2026	Jan Apr 2026
Soybeans,Brazil, fob	451 Je	+0.4%	449 Je	437 My	442	430	404	425	394
Soybeans, U.S., fob Gulf	475 Je	+2.2%	465 Je	484 My	467	468	410	456	410
Soybeans, Brazil, cif Rott	489 My	+0.8%	485 My	481 My	484	485	446	472	433
Soybeans, U.S., cif Rotterdam	497 O	+0.8%	493 O	492 O	492	482	444	477	442
Soybean oil, US, fob Gulf	1704 My	+4.9%	1624 My	1584 My	1594	1509	1118	1385	1057
Soybean oil,U.S.,fob Decatur(a)	1660	+5.1%	1580	1539	1550	1462	1052	1335	981
Soybean oil,Dutch, fob ex-mill	1370 My	+1.4%	1351 My	1355 My	1353	1315	1235	1311	1148
Soybean oil, Brazil, fob	1204 My	-1.0%	1216 My	1197 My	1224	1190	1045	1185	1050
Soybean oil, Argentina, fob	1199 My	-0.6%	1206 My	1165 My	1201	1167	1016	1167	1023
Soy.meal,44/45%,Hmb,fob exmill	414 Je	+3.2%	401 Je	413 My	402	388	344	376	348
Soya pell, 48%, Brazil, fob	353 Je	+1.7%	347 Je	...	358	346	325	344	328
Soya pell, 47%, Arg, fob	350 Je	+0.3%	349 Je	372 My	359	349	324	346	330
Soya meal, 49%,Arg,cif Rott	441 Je/Jy	+3.0%	428 Je	448 My	436	414	376	408	376
Soya pell, 48%,Brazil,cif Rott	429 Je/Jy	+1.9%	421 Je	439 My	427	407	370	401	368
Soymeal Yell 48% Ex-Kandia fas	497 Je	+6.9%	465 My/Je	465 My	478	484	390	472	374
Groundnuts, US Runners 40/50(b)	1300 Je	0.0%	1300 My	1275 My	1275	1250	1360	1249	1536
Sunseed, EU, cif Amsterdam	770 My/Je	0.0%	770 My	760 My	758	700	623	719	643
Sunseed, fob Black Sea	715 My/Je	0.0%	715 My	705 My	705	658	597	673	614
Sunoil, EU, fob N.W.Eur. ports	1520 My/Je	+0.7%	1510 My	1475 My	1495	1461	1226	1471	1221
Sunoil, Arg., fob	1295 My/Je	-0.4%	1300 My	1300 My	1301	1303	1135	1316	1116
Sunoil, Black Sea(c)	1370 My/Je	-0.7%	1380 My	1345 My	1362	1347	1146	1347	1139
Sunmeal, Ukraine, DAF	230 My	0.0%	230 My	232 My	229	220	230	224	222
Rapeseed,Europe,cif Hamburg	647 My	+4.2%	621 My	609 My	612	589	594	587	558
Rape oil,Dutch, fob ex-mill	1380 My	+1.0%	1366 My	1330 My	1336	1312	1223	1288	1162
Rape meal,34%,fob ex-mill Hmb	326 Jy	-2.1%	333 Jy	317 Jy	317	288	335	283	317
Olive oil,Spain,extra virgin(d)	5108 My	+3.1%	4954 My	5010 My	4980	4934	4261	5002	4355
Palm oil crude, cif Rotterdam(e)	1580 My	0.0%	1580 My	1555 My	1567	1455	1156	1409	1211
Palm oil RBD, Mal, fob	1188 My	-0.2%	1190 My	1168 My	1192	1171	1024	1126	1075
Palm oil crude, Indonesia, fob	1220 My	-2.4%	1250 My	1275 My	1261	1205	1078	1171	1137
Palm olein RBD, Mal, fob	1190 My	-0.4%	1195 My	1170 My	1192	1175	1028	1128	1080
Palm stearin RBD, Mal,fob	1145 My	-0.4%	1150 My	1138 My	1152	1127	1013	1085	1068
Palm stearin RBD, Mal,cif Rott	1245 My	-0.4%	1250 My	1240 My	1254	1248	1107	1232	1155
PFAD, Malaysia, fob	1055 My	-4.1%	1100 My	1085 My	1092	1103	996	1060	1021
Palmkern oil,Mal/Indo,cif Rott	2200 Je/Jy	-0.5%	2210 My/Je	2230 My/Je	2248	2220	1940	2068	1886
Palmkern exp,21/23%,cif Rott	246 My	0.0%	246 My	250 My	247	236	203	231	190
Copra, Phil/Indo, cif N.W.Eur	1515 Je	-3.5%	1570 My	1580 My	1559	1545	1708	1507	1497
Coconut oil,Phil/Indo,cif Rott	2240 Je/Jy	-4.3%	2340 My/Je	2320 My/Je	2314	2326	2544	2251	2241
Copra exp.pell. Phil, domestic	276 My	280	287	163	289	174
Butter, Germany, 25kg, min 82%	4620	-4.7%	4850	4970	4962	5283	8354	5062	7888
Fish oil,any orig,cif N.W.Eur	4000 My/Je	+14.3%	3500 My	3500 My	3560	3225	2680	3190	2636
Fish oil, Peru, fob	4500 My/Je	+12.5%	4000 My	4000 My	4100	3950	2600	3875	2771
Fishmeal, 64/65%, Bremen fca	2010 My	+4.7%	1920 My	1930 My	1935	1826	1670	1850	1615
Fishmeal, Peru FAQ, fob	2430 My/Je	+4.3%	2330 My	2280 My	2318	2040	1418	2017	1392
Fishmeal Peru fob Super Prime	2580 My/Je	+3.9%	2580 My	2540 My	2572	2388	1670	2326	1633
Linseed, cif N.W. EUR	700 My	-1.4%	710 My	720 My	713	701	642	685	721
Lin oil,any orig,ex-tank Rott	1360 My	+1.6%	1340 My	1350 My	1345	1326	1517	1329	1331
Lin exp,min.41% profat,fot Bel	485 My	0.0%	485 My	490 My	486	483	521	486	500
Castoroil,any org,ex-tank Rott	1850 My	0.0%	1850 My	1850 My	1840	1796	1860	1818	1862
Tung oil,S.America,ex-tank Rot	3890 My	-0.1%	3895 My	3895 My	3895	3895	4286	3888	4033
Wheat,U.S.,No.2,SRW, fob Gulf	273 Je	+1.5%	269 My	264 My	265	264	234	251	238
Corn,U.S.,No.2, Yellow,fob Gulf	235 Je	+4.4%	225 My	222 My	223	223	222	220	221

(a)Prompt. (b)Shelled basis; cif Rotterdam. (c)Reference price only; generally Ukr (d)Domestic, fob ex-mill. (e)5% ffa, Mal/Indon. origin.

Hamburg Market Prices - On April 29, 2026 prices closed in EURO per tonne:

Soya meal: fob ex-mill: Jun 353-355a, Jul 346-348a, Aug/Oct 330-332a.

Soya oil, crude: fob ex-mill: May 1210a, Jun/Jul 1180a, Aug/Oct 1170a.

Rape meal: fob ex-mill: July 278-280, Aug/Oct 246-248a, Nov/Jan 253-255a.

Rape oil, refined: unquoted

Soybean Crush Conversions in Euro per tonne: First position +85 as of Apr 29 and +82 as of Apr 23.

Rapeseed Crush Conversions in Euro per tonne: unquoted.

Exchange Rate on Apr 29, 2026: 1 EUR= US-\$ 1.1706 and on Apr 23, 2026: 1 EUR = US-\$ 1.1694.

Monthly averages: 1 EUR = US-\$: Mar 2026: 1.1558, Feb 2026: 1.1824.

Fonte: Oil World



CEREALES Y PIENSOS

Junta de precios de cereales y piensos

Cotizaciones de la lonja de Mercorleida. Viernes 8 de mayo

Producto	Tiempo	Posición	30 abril	8 mayo	Dif.	Pago
Trigo panificable nacional	Disponible	scd Lleida	235,00	232,00	-3,00	30 días
Trigo forrajero nacional	Disponible	scd Lleida	231,00	228,00	-3,00	30 días
Trigo forrajero francés	Disponible	scd Lleida	233,00	228,00	-5,00	15 días
Trigo forrajero UE-Importación PE 72	Disponible	s/Tarr/almacén	227,00	225,00	-2,00	Contado
Trigo forrajero UE-Importación PE 72	Mayo-julio	s/Tarr/almacén	228,00	225,00	-3,00	Contado
Trigo forrajero UE-Importación PE 72	Ago-diciembre	s/Tarr/almacén	233,00	228,00	-5,00	Contado
Cebada PE 62 nacional	Disponible	scd Lleida	213,00	211,00	-2,00	30 días
Cebada PE 62 Importación	Disponible	s/Tarr/almacén	sin oferta	sin oferta		Contado
Maíz nacional	Disponible	scd Lleida	231,00	233,00	+2,00	30 días
Maíz francés	Disponible	scd Lleida	233,00	235,00	+2,00	15 días
Maíz Importación	Disponible	s/Tarr/almacén	230,00	229,00	-1,00	Contado
Maíz Importación	Mayo-julio	s/Tarr/almacén	231,00	230,00	-1,00	Contado
Maíz Importación	Sep-diciembre	s/Tarr/almacén	232,00	229,00	-3,00	Contado
Maíz Importación	May-diciembre	s/Tarr/almacén	231,00	230,00	-1,00	Contado
Sorgo EE.UU.	Disponible	s/Tarr/almacén	230,00	230,00	0,00	Contado
Colza en grano 42% contenido aceite	Disponible	scd Tárrega	455,00	457,00	+2,00	30 días
Harina soja Importación 47%	Disponible	s/Tarr/Barna/alm	420,00	392,00	-28,00	Contado
Harina soja Importación 47%	Junio	s/Tarr/Barna/alm		370,00		Contado
Harina soja Importación 47%	May-diciembre	s/Tarr/Barna/alm	366,00	355,00	-11,00	Contado
Harina girasol Integral 28%	Disponible	sco Tárrega	sin oferta	230,00		Contado
Harina girasol Integral 28%	Disponible	s/Tarr/almacén	sin oferta	sin oferta		Contado
Harina girasol alta proteína 34%-36%	Disponible	s/Tarr/almacén	282,00	280,00	-2,00	Contado
Harina colza 00	Disponible	sco Tárrega	293,00	298,00	+5,00	Contado
Harina colza 00 Importación	Disponible-julio	s/Tarr/almacén	300,00	295,00	-5,00	Contado
Harina colza 00 Importación	Ago-diciembre	s/Tarr/almacén		275,00		Contado
Harina palmiste	Disponible	s/Tarr/almacén	220,00	217,00	-3,00	Contado
Pulpa remolacha Importación	Disponible	s/Tarr/almacén	305,00	300,00	-5,00	Contado
DDG Importación EE.UU.	Disponible	s/Tarr/almacén	335,00	335,00	0,00	Contado
DDG Importación EE.UU.	Mayo arribada	s/Tarr/almacén	323,00	315,00	-8,00	Contado
DDG Importación EE.UU.	Ago-diciembre	s/Tarr/almacén	276,00	274,00	-2,00	Contado
Acetate crudo de soja	Disponible	s/Barna extract	1.159,00	1.130,00	-29,00	30 días
Acetate crudo de soja	Junio	s/Barna extract		1.129,00		30 días
Acetate de palma	Disponible	s/Barna/almacén	1.135,00	1.140,00	+5,00	30 días
Fosfato monocalcico/granel	Mayo	scd Lleida	1.070,00	1.070,00	0,00	30 días
Fosfato bicalcico mineral/granel	Mayo	scd Lleida	970,00	970,00	0,00	30 días
Cascarilla de soja Importación	Disponible	s/Tarr/almacén	250,00	260,00	+10,00	Contado
Salvado trigo hoja/granel	Disponible	sco Lleida	240,00	240,00	0,00	30 días
Salvado trigo harinilla/granel	Disponible	sco Lleida	210,00	210,00	0,00	30 días
Salvado trigo cuarta/granel	Disponible	sco Lleida	199,00	199,00	0,00	30 días

- Disp. disponible - s/sf/sc/dto. sobre puerto/ferrocarril/camió/destino/origen. R regularización. * pocas operaciones. ** Sin operaciones. Cotizaciones en euros/tonelada. Precio de referencia, no vinculante y sujeto a negociación individual.



Fonte: Boletín Mercorleida

Flash Report | Retail

março 2026



Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição

SUMÁRIO EXECUTIVO

- O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho passou de uma variação homóloga de 3,6% em fevereiro, para 10,1% em março 2026.
- A variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor foi de 2,7% em março de 2026, taxa superior em 0,6 pontos percentuais à observada no mês anterior.
- Em março de 2026, verificou-se uma quebra do indicador de confiança dos consumidores e do indicador de confiança do comércio a retalho.
- Segundo o Banco de Portugal, o indicador da atividade económica aumentou 2,0% face ao período homólogo. No mesmo período temporal, o consumo privado cresceu 2,8%.

VENDAS

Índice de Volume de Negócios do Comércio a Retalho (variação face ao período homólogo)

Índice Bruto	ALIMENTAR				NÃO ALIMENTAR							
	Total	Total Alimentar	Hipers e Supers	Outros Estabelecimentos	Total Não Alimentar	Lojas Não Especializadas	Combustível	Vestuário e Calçado	Prod. Farmacêuticos e Cosmética	Bens para o Lar	Computadores, Telecom, Livros e outros	Correspondência e Internet
mar-26	10,1%	7,2%	7,0%	8,9%	12,5%	9,2%	16,5%	8,5%	7,9%	14,4%	14,2%	11,6%
Últimos 12 meses	5,8%	7,5%	7,8%	5,0%	4,4%	7,1%	0,8%	8,5%	7,9%	14,4%	5,2%	0,1%

Fonte: INE

VENDAS

Volume de Negócios do Comércio a Retalho - Índice Bruto (variação face ao período homólogo)



Fonte: INE

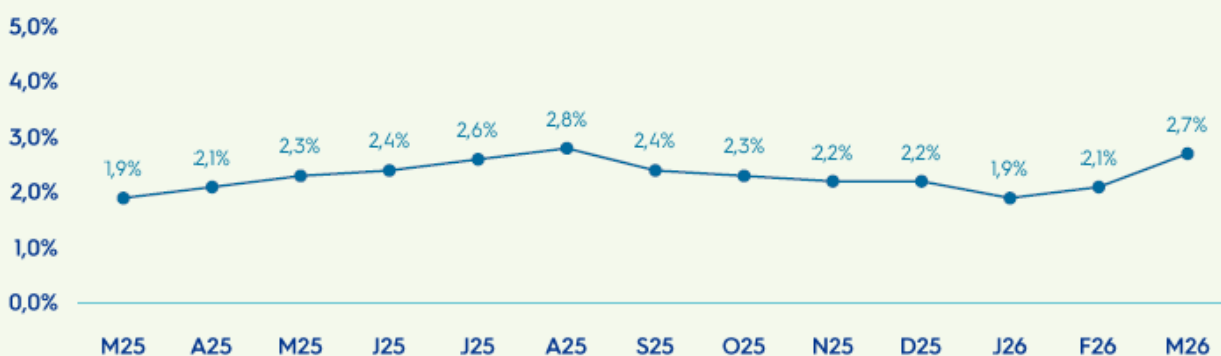
ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR

	ALIMENTAR			NÃO ALIMENTAR				
	Total	Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas	Bebidas Alcoólicas e Tabaco	Acess. Equip. Domést. e Manut. Recorrente Habit.	Vestuário e Calçado	Comunicações	Lazer, Recreação e Cultura	Bens e Serviços Diversos
mar 26 vs mar 25	2,7%	3,7%	2,9%	0,9%	-2,0%	-2,3%	0,4%	4,3%
Últimos 12 meses	2,3%	3,3%	1,6%	0,2%	-1,7%	-2,3%	2,3%	2,5%

Fonte: INE

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR

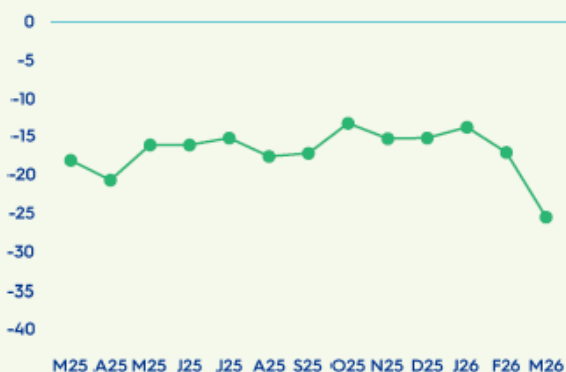
(Variação face ao período homólogo)



Fonte: INE

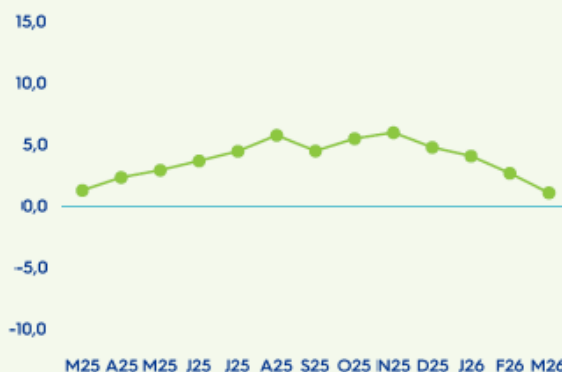
INDICADOR DE CONFIANÇA

CONSUMIDORES



Fonte: INE

COMÉRCIO A RETALHO



Fonte: INE

ATIVIDADE ECONÓMICA

INDICADOR COINCIDENTE - VARIAÇÃO FACE AO PERÍODO HOMÓLOGO

	MAR 25	FEV 26	MAR 26
Atividade económica	1,8%	2,1%	2,0%
Consumo Privado	3,8%	3,0%	2,8%

Fonte: Banco de Portugal

METODOLOGIA

ÍNDICE DE VOLUME DE NEGÓCIOS DO COMÉRCIO A RETALHO

Os índices são obtidos com base no Inquérito Mensal ao Volume de Negócios e Emprego no Comércio a Retalho, realizado essencialmente por via electrónica (e-mail), junto de unidades estatísticas seleccionadas a partir das empresas sediadas no território nacional, dedicando-se principalmente ao Comércio a Retalho.

VOLUME DE NEGÓCIOS

Valor líquido da facturação no período de referência, relativo às vendas e prestações de serviços a terceiros no mercado nacional.

CATEGORIAS:

Comércio não alimentar em lojas não especializadas - comércio a retalho em estabelecimentos que comercializam uma ampla variedade de bens entre os quais não predominam os bens alimentares, as bebidas e o tabaco.

Por correspondência e Internet - compreende o comércio a retalho em que se oferece ao consumidor a possibilidade de encomendar pelo correio, telefone, televisão ou outro meio de comunicação, os bens ou serviços divulgados através de catálogos, revistas, jornais, impressos, ou quaisquer outros meios gráficos ou audiovisuais. Inclui comércio a retalho e leilões, via Internet.

PREÇOS - IPC

O índice de Preços no Consumidor (IPC) mede a evolução temporal dos preços de um conjunto de bens e serviços representativos da estrutura de despesa de consumo da população residente em Portugal. É importante ter presente que o IPC não é um indicador do nível de preços mas antes um indicador da respectiva variação.

CATEGORIAS:

Acessórios, equip. doméstico e manut. corrente da habitação - mobiliário e acessórios, reparação de mobiliário e acessórios, têxteis de uso doméstico, equipamento doméstico, reparação de equipamento doméstico, vidros, loiças e outros utensílios de uso doméstico, ferramentas e equipamento para casa e jardim.

Comunicações - serviços postais, equipamento telefónico e de telecópia, serviços telefónicos e de telecópia

Lazer, recreação e cultura - equipamento audiovisual, fotográfico e de processamento de dados, outros artigos e equipamentos recreativos, jardinagem, animais de estimação e produtos relacionados, serviços recreativos e culturais, jornais, livros e artigos de papeleria, férias organizadas

Bens e serviços diversos - salões de cabeleireiro e estabelecimentos de cuidados pessoais, aparelhos eléctricos para cuidados pessoais, outros aparelhos, artigos e produtos para cuidados pessoais, artigos de joalharia e relógios, outros artigos pessoais, protecção social, seguros, serviços financeiros, outros serviços.

INDICADOR DE CONFIANÇA

INDIC. DE CONFIANÇA DOS CONSUMIDORES

Resulta da média aritmética dos saldos de respostas extremas das seguintes questões:

Em sua opinião, a situação financeira do seu lar (agregado familiar), nos próximos 12 meses irá: 1. Melhorar muito, ...5. Piorar muito.

Em sua opinião a situação económica geral do País, nos próximos 12 meses irá: 1. Melhorar muito, ... 5. Piorar muito.

Em sua opinião, nos próximos 12 meses, o desemprego no País, irá: 1. Aumentar muito, ... 5. Diminuir muito.

Nos próximos 12 meses pensa que, pessoalmente lhe será possível poupar/pôr algum dinheiro de lado: 1. Sim, de certeza absoluta, ...4. Não, de certeza absoluta.

INDIC. DE CONFIANÇA DO COMÉRCIO A RETALHO

Resulta da média aritmética dos saldos de respostas extremas das seguintes questões:

Considera que, nos últimos três meses e excluindo os movimentos de carácter sazonal, as vendas da vossa empresa: 1. Aumentaram, 2. Estabilizaram, 3. Diminuíram. Excluindo os movimentos de carácter sazonal, pensa que a actividade da empresa nos próximos três meses poderá: 1. Melhorar, 2. Manter-se, 3. Deteriorar-se. O nível de existências em armazém, tendo em conta a época do ano, pode considerar-se actualmente: 1. Acima do normal, 2. Normal, 3. Abaixo do normal.

SALDO DE RESPOSTAS EXTREMAS

Diferença entre a percentagem de respostas de valoração positiva ("aumentou", "melhorou muito", "superior ao normal", "boa", "sim, de certeza absoluta", etc.) e as de valoração negativa ("diminuiu", "piorou um pouco", "muito desfavorável", "provavelmente não", etc.).

ACTIVIDADE ECONÓMICA

INDICADOR COINCIDENTE DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

O indicador composto supracitado utiliza oito séries diferentes revelando-se uma medida bastante abrangente da economia. Para além do PIB, as outras séries seleccionadas foram as seguintes: volume de vendas no comércio a retalho (Inquérito ao comércio a retalho), vendas de veículos comerciais pesados, vendas de cimento, índice de produção da indústria transformadora, situação financeira das famílias (Inquérito aos consumidores), novas ofertas de emprego e uma proxy do enquadramento externo.

Através deste indicador é possível obter estimativas atempadas bastante informativas acerca do estado da economia. Assim, o indicador coincidente permite uma avaliação da actividade económica atempada e numa frequência elevada.

INDICADOR COINCIDENTE DO CONSUMO PRIVADO

O indicador coincidente do consumo privado utiliza informação de natureza quer quantitativa quer qualitativa, constituindo uma medida sintética acerca da evolução do consumo privado. Além do consumo privado real, as séries escolhidas para a composição deste indicador foram as seguintes: índice de volume de negócios no comércio a retalho, vendas de veículos ligeiros de passageiros, volume de vendas no comércio a retalho (Inquérito Mensal de Conjuntura ao Comércio), dormidas em estabelecimentos hoteleiros de residentes em Portugal, índice de volume de negócios na indústria de bens de consumo no mercado interno, situação financeira das famílias e situação económica geral (Inquérito Mensal de Conjuntura aos Consumidores).

Diário da República
I Série – nº 90 – 11 de maio de 2026

Portaria n.º 214/2026/1

Estabelece o regime específico dos apoios a conceder no que se refere à tipologia C.4.1.2, «Prevenção de calamidades e catástrofes naturais», da intervenção C.4.1, «Gestão de riscos», do domínio C.4, «Risco e organização da produção», do eixo C, «Desenvolvimento rural», do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal (PEPAC Portugal). [PDF](#)

Jornal Oficial da União Europeia
L – 30 de abril de 2026

Regulamento de Execução (UE) 2026/1011 da Comissão de 7 de maio de 2026,

Que retifica o Regulamento de Execução (UE) 2025/1787 no que se refere à rotulagem de pré-misturas [PDF](#)

Regulamento de Execução (UE) 2026/1012 da Comissão de 7 de maio de 2026,

Relativo à autorização de L-cisteína, cloridrato de L-cisteína mono-hidratado e cloridrato de L-cisteína como aditivos em alimentos para todas as espécies animais [PDF](#)

Regulamento de Execução (UE) 2026/1013 da Comissão de 7 de maio de 2026,

Relativo à autorização de uma preparação de 6-fitase produzida com *Aspergillus oryzae* DSM 33737 como aditivo em alimentos para aves de capoeira de postura ou reprodução, leitões de espécies de suínos, espécies de suínos de engorda e espécies de suínos criadas para reprodução (detentor da autorização: Novozymes A/S) [PDF](#)

Regulamento de Execução (UE) 2026/1014 da Comissão de 7 de maio de 2026,

Relativo à autorização de L-triptofano produzido com *Escherichia coli* CCTCC M 2024517 como aditivo em alimentos para todas as espécies animais [PDF](#)

Regulamento de Execução (UE) 2026/1016 da Comissão de 7 de maio de 2026,

Relativo à renovação da autorização de uma preparação de endo-1,4-beta-xilanase e endo-1,3(4)-beta-glucanase produzidas com *Talaromyces versatilis* IMI 378536 e *Talaromyces versatilis* DSM 26702 como aditivo em alimentos para frangos de engorda e frangas criadas para postura, galinhas poedeiras, perus de engorda e criados para reprodução e espécies menores de aves de capoeira de engorda e criadas para postura, à autorização de uma preparação de endo-1,4-beta-xilanase e endo-1,3(4)-beta-glucanase produzidas com *Talaromyces versatilis* IMI 378536 e *Talaromyces versatilis* DSM 26702 como aditivo em alimentos para frangos criados para reprodução, frangos de reprodução, perus de reprodução, espécies menores de aves de capoeira criadas para reprodução e espécies menores de aves de capoeira de postura e reprodução (detentor da autorização: Adisseo France S.A.S.), e que revoga os Regulamentos de Execução (UE) 2015/661, (UE) 2015/2304 e (UE) 2017/210 [PDF](#)

Regulamento de Execução (UE) 2026/1017 da Comissão de 7 de maio de 2026,

Relativo à autorização de L-treonina produzida com *Escherichia coli* CCTCC M 2024477 como aditivo em alimentos para todas as espécies animais [PDF](#)

Regulamento de Execução (UE) 2026/1018 da Comissão de 7 de maio de 2026,

Relativo à autorização de uma preparação de *Saccharomyces cerevisiae* NBRC 0203 e *Lactocaseibacillus rhamnosus* NBRC 3425 como aditivo em alimentos para todas as espécies animais [PDF](#)

Regulamento de Execução (UE) 2026/1019 da Comissão de 7 de maio de 2026,
Relativo à autorização de ácido guanidinoacético e de uma preparação de ácido guanidinoacético como aditivos em alimentos para frangos de engorda, frangas criadas para postura, frangos criados para reprodução, perus de engorda e perus criados para reprodução (titular da autorização: Evonik Operations GmbH) [PDF](#)

Regulamento de Execução (UE) 2026/1020 da Comissão de 7 de maio de 2026,
Relativo à autorização de uma preparação de *Pediococcus pentosaceus* NCIMB 12674/DSM 35357 como aditivo em alimentos para todas as espécies animais [PDF](#)

Regulamento de Execução (UE) 2026/1036 da Comissão de 7 de maio de 2026,
Relativo à autorização de uma preparação de *Bacillus velezensis* CECT 5940 como aditivo em alimentos para aves de capoeira de postura (detentor da autorização: Evonik Operations GmbH), que altera o Regulamento de Execução (UE) 2020/1395 no que se refere aos termos da autorização de uma preparação de *Bacillus velezensis* CECT 5940 como aditivo em alimentos para frangos de engorda e frangas criadas para postura e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2021/2050 no que se refere aos termos da autorização de uma preparação de *Bacillus velezensis* CECT 5940 como aditivo em alimentos para perus de engorda, perus criados para reprodução, espécies menores de aves de capoeira de engorda e criadas para reprodução e aves ornamentais (exceto para reprodução) [PDF](#)

Regulamento de Execução (UE) 2026/1037 da Comissão de 7 de maio de 2026,
Relativo à autorização de uma preparação de *Enterococcus lactis* NCIMB 10415 como aditivo em alimentos para todas as espécies animais [PDF](#)



05.maio.2026

LA GEOPOLÍTICA EN EL ASOCIACIONISMO AGROALIMENTARIO - Ricardo Migueláñez

Todos leíamos hace unas semanas en los medios de comunicación, luego rectificó en parte, que Ursula von Der Leyen reconocía que muchas de las Políticas Europeas estaban equivocadas y que íbamos por una dirección que no era la correcta y, sobre todo, asumía que el orden mundial había cambiado, pues sí.

Qué importante es darse cuenta de que, en estos momentos, hay que cambiar el paso y adaptarnos o desapareceremos.

Y a mi me ha dado por vincular esto con el **asociacionismo agroalimentario y pesquero** que, aunque algunos no quieran reconocerlo, vive su propia reconfiguración geopolítica: algunas organizaciones, que antes no significaban nada, han ganado poder real en la actualidad agroalimentaria y en la toma de decisiones, mientras otras, que fueron referentes y muy importantes en el pasado, no han sabido darse cuenta de que hay que cambiar el paso y sobreviven más por la foto que por su capacidad de influencia.

El sector agroalimentario español tiene algo que se parece bastante a la geopolítica internacional: un complejo mapa de alianzas, intereses, organizaciones y equilibrios de poder, donde no todos los actores pesan lo mismo, aunque a veces todos pretendan aparentarlo.

Durante décadas el sistema asociativo del campo ha funcionado con una estructura relativamente clara. En la base están las **Cámaras Agrarias**, en algunos sitios y luego las organizaciones agrarias locales y provinciales, las que pisan barro, conocen a los agricultores y canalizan el descontento del territorio.

A partir de ahí se escalan niveles hasta llegar a las grandes organizaciones nacionales como **ASAJA, COAG, UPA o Udu**, que son las que negocian con el ministro de Agricultura de turno, con Bruselas o con quien sea necesario, pero sobre todo lanzan muchas notas de prensa sobre la situación del campo. Además, no todas mandan lo mismo, en cada momento puede ser diferente, en función del color político del Gobierno nacional.

En el **sector pesquero**, que es otro lío importante, también ocurre lo mismo, están las **cofradías de pescadores**, la **Federación de Cofradías a nivel nacional** y luego por otro lado está **Cepesca**, que representa a los armadores y a las empresas más grandes, además de **Conxemar o Anfaco** que aglutinan a la industria de transformación del pescado, junto con **Interfish**, que es una organización interprofesional.

En lo que se refiere a la **alimentación**, en paralelo a las organizaciones agrarias existe otro universo: el de las **asociaciones de la industria agroalimentaria**, la mayoría de ellas agrupadas en **FIAB**, pero también existe la figura de las **asociaciones regionales de la industria alimentaria**, también como en el caso de las organizaciones agrarias, más pegadas al terreno.

Pero como ocurre en casi todas las estructuras de poder complejas, dentro de **FIAB** también existen equilibrios internos que no siempre se ven desde fuera. **Hay asociaciones que tienen más influencia que otras en las posiciones que adopta la federación —o decide no adoptar—.**

Esto además refuerza una realidad que muchas veces se pasa por alto cuando se analiza el mapa asociativo del sector: **el poder no siempre coincide con la estructura formal. Porque en el asociacionismo sectorial ocurre como en la política internacional: no siempre gobierna quien da las ruedas de prensa o más aparece en los medios.**

Organizaciones Interprofesionales

Junto a la industria aparece otro actor clave: **las interprofesionales. Se trata de una figura singular del sistema agroalimentario español que sienta en la misma mesa a productores e industria para ordenar mercados, financiar promoción, hacer investigación o fijar estrategias sectoriales.**

El **cooperativismo** es otro pilar fundamental del sistema. **Las cooperativas ya no son solo empresas que comercializan la producción de sus socios: son estructuras económicas, sociales y territoriales de primer orden.** Y en ese ámbito la voz colectiva la articula **Cooperativas Agro-alimentarias de España**, que agrupa a sus Federaciones regionales y representa a miles de entidades repartidas por todo el territorio nacional.

Hasta aquí el mapa clásico. Pero el **tablero ha cambiado.** Porque **en esta nueva geopolítica agroalimentaria hay organizaciones que, sin representar directamente a productores o industrias concretas, han acumulado una enorme capacidad de influencia.**

Hoy en día son mucho más que eso: **es uno de los grandes foros donde industria, distribución y restauración discuten el futuro del consumo, la innovación o la sostenibilidad. Y, de paso, donde se tejen muchas de las relaciones de poder del sistema alimentario.**

Pero si algo define el momento actual es que **algunas organizaciones sectoriales han ganado peso de forma notable en los últimos años**, pero no por nada sino porque las asociaciones de siempre les han dejado paso, bien porque el sector no daba la importancia que se merece a la parte del Lobby y Relaciones Públicas o porque el gerente de turno tenía más ganas y se ha ido haciendo su lugar, tanto en las organizaciones más importantes como en la representación ante el Gobierno central.

Si uno observa con cierta distancia todo este ecosistema, empiezan a aparecer lo que podríamos llamar los verdaderos centros de poder del agroalimentario español. No siempre son los más visibles, ni los que más comunicados de prensa emiten, pero sí los que de verdad influyen en Madrid y Bruselas.

La cuestión de fondo es que el poder en el asociacionismo sectorial, igual que en la geopolítica mundial, no es estático.

Hay organizaciones que hace diez años apenas contaban y que hoy están en todas las mesas donde se toman decisiones. Y también ocurre lo contrario: entidades que siguen apareciendo en los organigramas, pero que hace tiempo dejaron de tener capacidad real de arrastre.

Yo que veo el toro desde la barrera, me doy cuenta **cómo muchas empresas proveedoras de insumos, tecnología o servicios para el campo y la pesca siguen actuando como si el mapa asociativo fuera el mismo de hace veinte años.**

Firman acuerdos con organizaciones que sobre el papel parecen representativas, pero que en la práctica no tienen ninguna capacidad de liderazgo sobre sus propios asociados.

Y en el sector eso se sabe. Porque en el campo y en la mar hay algo que nunca falla: **todo el mundo sabe quién manda... aunque a veces nadie lo diga en público, pero los que están en los alrededores, *Ad latere*, como decía un jefe que tuve, no se enteran.**

Por eso, quizá ha llegado el momento de entender que el asociacionismo agroalimentario español vive su propia reconfiguración geopolítica. Un nuevo equilibrio de poder en el que

no basta con tener un logo, una estructura o un despacho en Madrid o Bruselas. Hace falta algo mucho más difícil: legitimidad, liderazgo y capacidad real de movilización.

En el agroalimentario, como en la política internacional, **el poder rara vez está donde dicen los organigramas. Suele estar donde están los votos, el dinero... y la capacidad de mover al sector.**

En definitiva, conocer este mapa ya no es solo una cuestión de cultura sectorial. Es casi una necesidad estratégica para cualquiera que quiera operar con éxito en el agroalimentario o en la pesca.

Así que, como en cualquier materia compleja, la conclusión sigue siendo bastante sencilla: **el que quiera aprender, que vaya a la escuela, que algunos ya pasamos por allí y seguimos estudiando todos los días.**

Fonte: [GIS alimentario](#)



NORMAS EUROPEIAS PARA COMUNICAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE - COMISSÃO EUROPEIA LANÇA CONSULTA PÚBLICA

A Comissão Europeia lançou uma **consulta pública** sobre o [projeto de revisão das normas europeias de relato de sustentabilidade \(ESRS\)](#) e sobre uma [norma voluntária de relato de sustentabilidade para as empresas de menor dimensão](#).

As normas europeias de relato de sustentabilidade abrangem questões ambientais, sociais e de governação, incluindo as alterações climáticas, a biodiversidade e os direitos humanos. Disponibilizam informações relevantes aos investidores e demais interessados, que podem melhor compreender os riscos relacionados com a sustentabilidade a que as empresas estão expostas, bem como os impactos destes nas pessoas e no ambiente.

Em consonância com o [pacote de simplificação Omnibus I](#) e a racionalização preconizada na [Diretiva Relato de Sustentabilidade das Empresas \(CSRD\)](#), os projetos de normas que são objeto desta consulta pública visam reduzir os encargos administrativos das empresas da UE continuando a assegurar a divulgação de informações de elevada qualidade sobre sustentabilidade.

As normas revistas são mais sintéticas e mais claras, introduzem novas flexibilidades e simplificam os principais processos. Prevê-se que permitam reduzir mais de 30 % dos custos das empresas relacionados com o relato de sustentabilidade, mais de 60 % dos dados obrigatórios e mais de 70 % de todos os dados neste âmbito.

As normas baseiam-se amplamente em pareceres técnicos do EFRAG (anteriormente conhecido como [Grupo Consultivo para a Informação Financeira na Europa](#)), beneficiando também dos contributos de partes interessadas recolhidos na primavera de 2025 e numa consulta pública sobre o projeto elaborado pelo EFRAG realizada no verão de 2025.

A Comissão propõe ajustamentos específicos que visam uma maior redução dos encargos sem enfraquecer os objetivos da **Diretiva Relato de Sustentabilidade das Empresas**, nomeadamente a melhoria da qualidade, da coerência e da comparabilidade dos relatos sobre sustentabilidade na UE e o aumento da transparência relativamente aos impactos e aos riscos das empresas em matéria de sustentabilidade.

O projeto de norma de aplicação voluntária visa apoiar as empresas que não são abrangidas pela obrigação de comunicar informações impostas pela diretiva, estabelecendo um «limite

máximo da cadeia de valor» que impede as empresas abrangidas de solicitarem mais informações do que as definidas na norma voluntária aos seus parceiros da cadeia de valor que tenham 1 000 trabalhadores ou menos.

As participações na **consulta pública** podem ser enviadas através do portal «Dê a sua opinião» até **3 de junho de 2026**; em seguida, a Comissão Europeia adotará os [dois atos delegados](#) tão rapidamente quanto possível, apresentando-os ao Parlamento Europeu e ao Conselho para controlo no âmbito do procedimento de «não objeção» (dois meses, prorrogáveis por mais dois).

Para mais informações, consultar a página dedicada às [revisões das ESRS e aos projetos de normas de aplicação voluntária](#) bem como o [documento perguntas e respostas sobre o «limite máximo da cadeia de valor»](#)

Fonte: Comissão Europeia



EUROBARÓMETRO: PORTUGAL ENTRE OS MAIS EUROPEÍSTAS DA UE, COM 93% A VER A UNIÃO COMO FATOR DE ESTABILIDADE

Publicado na véspera do Dia da Europa, o mais recente [Eurobarómetro](#) revela que **93% dos inquiridos em Portugal considera a UE uma força estabilizadora**, face a 73% na média europeia, e que 75% dos europeus se sentem cidadãos da União, igualando o máximo histórico registado na primavera de 2025. **Portugal** afirma-se como um dos países **mais europeístas** da União, num contexto de crescente instabilidade internacional e pressão sobre o custo de vida, mas ao mesmo tempo que quase três quartos dos europeus (72%) consideram que o seu país beneficia de ser membro da União Europeia. Dados relativos a Portugal disponíveis [nesta página](#).

Confiança na UE reforçada

A maioria dos europeus confia na UE (51%), um valor que representa uma subida de 3 pontos percentuais face ao Eurobarómetro do outono de 2025. Em Portugal, este valor é muito mais elevado, com **73% dos portugueses a confiarem na União Europeia**, o nível mais alto registado no país desde 2019.

De acordo com a média europeia, a **proteção da democracia e dos valores fundamentais** é a principal razão para confiar na UE (42%), seguida da **proteção face a ameaças externas** (33%) e da convicção de que **a UE é o nível adequado para responder aos desafios globais** (31%).

O otimismo em relação ao futuro da UE registou uma ligeira subida (60%), sendo os jovens entre os 15 e os 24 anos os mais otimistas (68%). Quase seis em cada dez cidadãos europeus (57%) estão satisfeitos com o funcionamento da democracia na UE. Os valores que melhor representam a União, na opinião dos inquiridos, são a **paz** (41%), a **democracia** (32%) e o **respeito pelo Estado de direito, pela democracia e pelos direitos fundamentais** (28%).

Situação internacional e custo de vida

Ao nível europeu, o **conflito no Médio Oriente** é agora a principal preocupação dos cidadãos (25%). Em Portugal, esse valor é ainda mais elevado (31%), à semelhança da preocupação com a situação internacional em geral, também em 31% (face a 23% na média europeia).

A **guerra da Rússia contra a Ucrânia** preocupa 42% dos portugueses, um valor expressivamente acima da média europeia de 20%. O apoio a uma **política comum de defesa e segurança** na União Europeia regressou ao nível mais elevado das últimas duas décadas, com 81% de apoio.

Ao nível europeu, o **custo de vida** mantém-se como a preocupação dominante a nível nacional (36%) e pessoal (52%). Em Portugal, esta preocupação é ainda mais acentuada, com 44% dos portugueses a apontarem o **custo de vida** como a principal preocupação a nível nacional (face a 36% na média europeia). A **saúde** surge em segundo lugar com 40% (muito acima dos 11% da média europeia), e a **habitação** é referida por 32% dos portugueses como uma prioridade nacional, face a apenas 13% na média europeia.

Prioridades de investimento do orçamento da UE

No que diz respeito às prioridades de investimento do orçamento europeu, mais de dois em cada cinco cidadãos europeus (41%) gostariam que os fundos fossem aplicados prioritariamente no **emprego, nos assuntos sociais e na saúde pública**. Em Portugal, esta preferência é ainda mais expressiva, atingindo **66%**, um dos valores mais elevados entre os Estados-Membros e que reflete as preocupações dos portugueses com o custo de vida, a saúde e a habitação.

A nível nacional, **a educação, a formação, a juventude, a cultura e os meios de comunicação** surgem como segunda maior preocupação dos portugueses, com 43% das respostas, valor acima da média europeia, onde este conjunto de temas ocupa o terceiro lugar, com 37%. Logo a seguir, **a segurança e a defesa** aparecem em terceiro lugar entre os portugueses inquiridos, com 29%, embora esta temática assuma maior relevância no contexto europeu, onde regista 38% das respostas.

Fonte: Comissão Europeia



11.maio.2026

SEGURANÇA DOS GÉNEROS ALIMENTÍCIOS E DOS ALIMENTOS PARA ANIMAIS: CONSELHO ADOTA NOVO ATO LEGISLATIVO PARA SIMPLIFICAR AS REGRAS EM MATÉRIA DE BIOCIDAS

O Conselho deu hoje luz verde final às novas regras em matéria de **biocidas**, prorrogando determinados períodos de proteção de dados. O novo regulamento integra o chamado pacote legislativo «**Omnibus X**», que faz parte da agenda de **simplificação** da UE. O referido pacote legislativo visa reduzir os custos e encargos administrativos, mantendo simultaneamente os rigorosos requisitos da UE em matéria de saúde, proteção do ambiente e segurança dos **géneros alimentícios** e dos **alimentos para animais**.

O regulamento hoje adotado demonstra que alterações específicas podem produzir resultados significativos para as nossas indústrias. Com a prorrogação de determinados períodos de proteção de dados, asseguramos um tratamento justo para as empresas, salvaguardando ao mesmo tempo a concorrência leal no mercado interno, tendo em vista a próxima avaliação completa das regras da UE em matéria de biocidas. Trata-se de mais um resultado concreto da Presidência cipriota no âmbito do programa de simplificação, que continua a ser uma prioridade central do nosso trabalho.

Marilena Raouna, ministra-adjunta dos Assuntos Europeus da República de Chipre

O novo regulamento visa melhorar o funcionamento do mercado dos **produtos biocidas** na UE, assegurando simultaneamente um elevado nível de proteção da saúde humana e do ambiente. Os produtos biocidas são utilizados para proteger seres humanos, animais, materiais e artigos de organismos prejudiciais, como pragas ou bactérias, através da ação das substâncias ativas contidas nos produtos biocidas.

Devido a atrasos na **análise** das substâncias ativas existentes em produtos biocidas, o período de proteção dos dados gerados caducou em **31 de dezembro de 2025**. A fim de assegurar uma compensação justa para os proprietários dos dados, a Comissão propôs alinhar o período de

proteção de dados pelo programa de análise prorrogado, a saber, até **31 de dezembro de 2030**. Esta prorrogação visa equilibrar os interesses das partes interessadas e assegurar a **equidade regulamentar**, na pendência de uma avaliação completa do regulamento em 2026-2027.

A fim de reduzir ao máximo o período em que os dados estão desprotegidos, os legisladores trataram a proposta com a **máxima prioridade** e, nesse sentido, apoiaram a proposta da Comissão.

Próximas etapas

O ato legislativo será publicado no Jornal Oficial da UE nos próximos dias e entrará em vigor no vigésimo dia após a sua publicação.

Fonte: Conselho Europeu via [Agroportal](#)



04.mai.2026

MAIS IDADE, MAIS MERCADO – Pedro Pimentel

Talvez esteja na altura de percebermos que o verdadeiro desafio não é termos uma população mais velha, é continuarmos demasiado novos na forma como pensamos economia.

Continue a ler o artigo [aqui](#)

Fonte: Centromarca



11.mai.2026

BLOQUEIO DE ORMUZ DEIXA HEMISFÉRIO SUL SEM FERTILIZANTES: “PODEMOS ESTAR PERANTE UMA GRANDE CRISE ALIMENTAR”

Pelo Estreito de Ormuz passa cerca de 30% da produção mundial de ureia, um dos fertilizantes mais usados na agricultura por fornecer azoto às culturas

O bloqueio do Estreito de Ormuz está a ter impacto muito além do petróleo e do gás natural. A passagem marítima, encerrada há mais de dois meses, é também estratégica para a indústria mundial de fertilizantes, essencial para a produção agrícola e para a segurança alimentar de milhões de pessoas.

Pelo Estreito de Ormuz passa cerca de 30% da produção mundial de ureia, um dos fertilizantes mais usados na agricultura por fornecer azoto às culturas. A mesma rota concentra ainda 21% do amoníaco utilizado globalmente no fabrico de ureia e outros fertilizantes, além de 20% do gás natural liquefeito mundial, também fundamental para esta indústria.

O encerramento da passagem já provocou um choque energético, mas está também a afetar a cadeia de abastecimento que sustenta parte da agricultura mundial. Os preços dos fertilizantes dispararam durante a época de plantação no Hemisfério Norte e continuam a subir agora que começa a época de plantação no Hemisfério Sul.

Segundo o 'El País', o risco é que a escassez e os preços elevados impeçam muitos agricultores de comprar fertilizantes em quantidade suficiente, com impacto nas colheitas e, em última instância, nos preços dos alimentos.

Ahmed El-Hoshy, CEO da Fertiglobe, uma das maiores empresas de fertilizantes dos Emirados Árabes Unidos, considera que o impacto nos fertilizantes pode ser ainda mais grave do que a subida do petróleo, tendo em conta quem acabará por sofrer as consequências.

Ureia sobe 80% e pressiona agricultores

A ureia já aumentou 80% desde o início do conflito e custa agora mais 400 dólares por tonelada, cerca de 340 euros. Para muitos agricultores, o problema é simples: se o preço dos cereais, do milho, do trigo ou do arroz não subir o suficiente para compensar o custo dos fertilizantes, a opção poderá ser reduzir a aplicação nos campos.

Isso ameaça diretamente a produtividade agrícola. El-Hoshy lembra que fertilizantes azotados como a ureia e o amoníaco são responsáveis por ganhos de produção que ajudam a alimentar quatro dos oito mil milhões de habitantes do planeta.

Continue a ler após a publicidade

“Metade da população mundial depende deste tipo de fertilizante”, alerta o executivo, que é também vice-presidente da Associação Internacional de Fertilizantes.

A preocupação é maior no Hemisfério Sul, incluindo América Latina, Índia e Austrália, onde os agricultores precisam de importar fertilizantes nos próximos dois meses para garantir uma colheita robusta.

Brasil e Argentina entre os países mais expostos

O risco é particularmente elevado na América Latina. Argentina e Brasil, grandes exportadores de cereais, foram apanhados pela guerra com reservas reduzidas de fertilizantes e têm agora de comprar a preços muito mais elevados.

A importância destes dois países para a segurança alimentar global é enorme. Segundo El-Hoshy, Argentina e Brasil representam 10% das exportações mundiais de trigo, 40% das exportações de milho e 60% das exportações globais de soja.

Continue a ler após a publicidade

Se o bloqueio continuar e os fertilizantes não chegarem a tempo ou chegarem demasiado caros, o efeito poderá sentir-se nos mercados alimentares internacionais.

“Se isto continuar e não for resolvido em breve, poderá facilmente ocorrer uma crise alimentar”, avisa o responsável da Fertiglobe.

Empresas tentam contornar bloqueio

A Fertiglobe tem conseguido atenuar parte do impacto do encerramento de Ormuz transportando mercadorias por camião para exportação a partir de outros portos. A solução é mais cara, mas a forte subida do preço da ureia tem compensado o aumento dos custos.

A empresa beneficiou ainda de espaço de armazenamento disponível quando a guerra começou, o que lhe permitiu manter grande parte da produção. Ainda assim, houve paragens no início de abril.

A Fertiglobe é, contudo, uma exceção no setor, já que cerca de dois terços da sua produção estão fora do Golfo, no Egito e na Argélia. A empresa tem peso relevante no abastecimento europeu: cerca de 50% das importações espanholas de amoníaco e 30% das importações de ureia vêm da Fertiglobe.

No primeiro trimestre, a empresa aumentou a receita em 32% face ao mesmo período do ano anterior, para 915 milhões de dólares, cerca de 778 milhões de euros.

Reabertura de Ormuz não resolverá tudo de imediato

Mesmo que o Estreito de Ormuz seja reaberto, o regresso à normalidade não será automático. Tal como aconteceu na indústria petrolífera, parte da produção de fertilizantes nos países do Golfo foi interrompida.

De acordo com El-Hoshy, alguns equipamentos sofreram danos e vão precisar de reparações, o que poderá deixar parte da produção parada durante vários meses.

A isto somam-se outros custos: frete marítimo mais caro e prémios de seguro muito elevados para navios que operam na região.

Vários países, incluindo Espanha, Estados Unidos, Índia e Austrália, já lançaram programas de apoio para ajudar agricultores a comprar fertilizantes. Na Europa e nos Estados Unidos, compras antecipadas feitas antes de março ajudaram a reduzir o impacto imediato da subida dos preços.

O problema é agora mais sério no Hemisfério Sul, onde a janela para garantir fertilizantes a tempo das colheitas é curta. Como resume o 'El País', Ormuz deixou de ser apenas o centro de uma crise energética: tornou-se também uma peça crítica na alimentação mundial.

Fonte: [Executive digest](#)

WEBINAR IACA/DGAV

“LICENCIAMENTO DA ATIVIDADE DE FABRICO DE ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS” | 14 DE MAIO

Depois da realização da Reunião Geral da Indústria e preocupados com a formação e informação dos nossos Associados, a IACA, em conjunto com a DGAV, vão realizar um Webinar no próximo dia **14 de maio, entre as 11-13 horas**, subordinado ao tema "Licenciamento da atividade de fabrico de alimentos compostos para animais".

Reunião Microsoft Teams

Participar: <https://teams.microsoft.com/meet/336146615453720?p=XkAMswRprOcBnYhAqr>

ID da Reunião: 336 146 615 453 720

Código de acesso: Qj9ki63w